

Uma experiência de planejamento urbano comunitário. O caso da planície do Campeche – Florianópolis – SC. Brasil *

An experience in community urban planning. The case of the Campeche plain – Florianópolis – SC/Brazil

R esumo

Este trabalho relata a construção sócio-comunitária de um plano diretor sustentável para a planície do Campeche, produzido pelo Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV. O MCQV mobilizou a sociedade civil contrária ao plano diretor proposto pelo governo municipal através de uma série de ações, dentre elas o 1º **Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche** que estabeleceu, em 1997, diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região. O documento resultante deste encontro – **Dossiê Campeche** – foi enviado aos órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) no mesmo ano. Dois anos após, vendo excluídas as propostas e diretrizes comunitárias, e frente à ameaça de aprovação do plano diretor do governo, altamente destrutivo e insustentável hidricamente, a comunidade em assembléia decidiu elaborar seu próprio plano com base nos princípios apresentados no Dossiê Campeche. Em **oficinas itinerantes de planejamento urbano** a comunidade produziu o **Plano Comunitário para a Planície do Campeche – proposta para um desenvolvimento sustentável** que foi entregue à Câmara de Vereadores de Florianópolis em março de 2000.

Palavras-chave: planejamento participativo, desenvolvimento sustentável, plano diretor, cidadania.

A bstract

This paper reports the socio-communitary construction of a sustainable director plan for the Campeche Plain, designed by the “Movimento Campeche Qualidade de Vida-MCQV” (Life Quality Campeche Movement). MCQV mobilized the civil society against the sustainable director plan put forward by the Municipal Government through a series of actions including the 1º **Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche** (First Community Planning Seminar for Campeche), which established, in 1997, guidelines for the sustainable development of the region. The document resulting from this seminar – **Dossiê Campeche** (the Campeche File) – was sent to public organs (Federal, State and Municipal) in the same year. Two years later, in view of the fact that the proposals and community guidelines were disconsidered and in view of the threat of approval of the governmental director plan, highly destructive and unsustainable in hydric terms, the assembled community decided to design its own plan on the basis of the principles presented in the Campeche File. In **urban planning itinerary workshops**, the community produced the “**Plano Comunitário para a Planície do Campeche – proposta para um desenvolvimento sustentável**” (Community Plan for the Campeche Plain – proposal for a sustainable development), which was handed in to the Câmara de Vereadores de Florianópolis, in March 2000.

Key words: participatory planning, sustainable development, director plan, citizenship

Janice Tirelli Ponte de Sousa

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo – USP.

Professora do Depto. de Sociologia e Ciência Política, CFH – UFSC.

Tereza Cristina Pereira Barbosa

Doutora em Oceanografia, UBO – Universidade da Bretagne Occidentale – Brest/França.

Professora do Departamento de Ecologia e Zoologia do Centro de Ciências Biológicas – UFSC.

Raúl Burgos

Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP.

Professor do Depto. de Serviço Social, CSE – UFSC.

* Versão modificada e atualizada do artigo de Tereza Cristina Pereira Barbosa e Janice Tirelli Ponte de Sousa. Planificación urbana, generación de empleo y sustentabilidad – estudio de caso del plano comunitario para la planície de Campeche producido por el Movimento Campeche Qualidade de Vida. In: *Anais do Encontro sobre Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em Zonas Costeiras*, 2003, p. 385-402.



Plano Comunitário para a Planície do Campeche – proposta para um desenvolvimento sustentável surgiu numa das comunidades mais participativas do sul da Ilha de Santa Catarina, como consequência da ação da população contra o *Plano Diretor* proposto pelo governo municipal para a região da planície do Campeche.

A proposta oficial para o desenvolvimento urbano da planície arenosa situada na região sul da Ilha de Santa Catarina – a planície do Campeche começou a ser elaborada em 1989. Como consequência de uma estratégia global para a cidade de Florianópolis dirigida a incentivar a vocação turística e do desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia, na perspectiva de promover a construção e crescimento de uma metrópole representativa em nível nacional e internacional. Para isto, o poder executivo pensou a construção de um extenso e caro sistema viário ao modelo da cidade inglesa Milton Keynes (MPB, 1995; AMORA, 1996). Os elementos geradores de empregos neste caso, seriam o pólo tecnológico segundo o paradigma das *tecnópolis* japonesas (VIEIRA, 1995; IPUF, 1996), a exploração turística e imobiliária (hotéis, pousadas, conjuntos residenciais de alto nível, incluindo um autódromo internacional e um campo de golfe) e uma população de aproximadamente 450.000 habitantes¹ ocupando 70% do solo da planície (MOVIMENTO CAMPECHE ..., 1997; IPUF, Diagnóstico, 1997).

No 1º *Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche*, em 1997, a comunidade local analisou e rejeitou a proposta do governo e estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento e planejamento urbano da região, fundamentando sua posição contrária ao projeto oficial no respeito à Constituição Federal e à legislação vigente. Os resultados deste 1º

seminário de planejamento ficaram registrados no denominado *Dossiê Campeche* que foi enviado a todos os órgãos públicos municipais, estaduais e federais com atuação na área ambiental e de planejamento do uso do solo.

Dois anos depois, não vendo atendidas suas propostas e diretrizes², e frente à iminente aprovação do Plano Diretor do governo na Câmara de Vereadores de Florianópolis, a população retomou a participação na elaboração de seu próprio plano, contando com técnicos e professores universitários – geógrafos, biólogos, arquitetos, engenheiros, sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, advogados, jornalistas, etc– junto com pescadores, donas de casa, artistas, artesãos, etc. Esse trabalho só foi possível devido à mobilização comunitária autônoma do *Movimento Campeche Qualidade de Vida* que, durante dois anos, reuniu-se nas escolas locais, centros comunitários e associações de moradores, organizou festas populares e periódicos de distribuição gratuita, atraindo uma representativa participação dos cidadãos da comunidade local e da cidade de Florianópolis (*Diagnóstico do Plano Comunitário, Movimento Campeche Qualidade de Vida*, 2000).

A construção da proposta alternativa pela sociedade local da planície do Campeche lhe valeu o **Prêmio Qualidade de Vida 2000** da Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC). Foi também um exemplo para outras comunidades da Ilha de Santa Catarina³ (PEREZ *et al.*, 2000), pois registrou no papel as aspirações, necessidades, preocupações e potencialidades, como sugerido por Serageldin (2000), no caminho para um desenvolvimento urbano sustentável. O **Plano Comunitário para a Planície do Campeche** foi apresentado à Câmara de Vereadores de Florianópolis como projeto substitutivo global ao Plano Diretor do Poder Executivo Municipal em março de 2000.

1 As oficinas comunitárias de planejamento

Frente à falta de receptividade do executivo municipal e seu órgão de planejamento em aceitar as diretrizes e a participação comunitárias, o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) em conjunto com diversas associações e movimentos de moradores da planície do Campeche⁴, iniciou um processo de oficinas comunitárias semanais. Dados, informações técnicas, teses, dissertações universitárias, declarações de antigos moradores e especialistas, laudos técnicos, situação sócio-ambiental, as características físicas, naturais, históricas, culturais e a infra-estrutura urbana da planície do Campeche, além das diretrizes do *Dossiê Campeche*, subsidiaram a elaboração do plano comunitário.

Reuniões itinerantes nas escolas, salões de igreja, grupos de terceira idade, associações comunitárias locais como também a elaboração e distribuição gratuita do periódico comunitário *Fala Campeche*⁵; festas e eventos culturais⁶ (na tentativa de despertar o amor pelo lugar além de mobilizar recursos para divulgar o planejamento comunitário) permitiram a participação de mais de 1500 moradores. Este contingente deu consistência e apoio popular à proposta alternativa cuja referência principal foi o atendimento às leis ambientais, culturais, turísticas e às regulamentações do uso do solo propostos pela legislação federal, estadual e municipal (QUEIROZ, 1999).

2 Elementos fundamentais do projeto comunitário

A análise apresentada a seguir refere-se aos dados reunidos e discutidos no processo de construção da proposta comunitária e constituem uma

caracterização sócio-ambiental qualificada da região⁷.

2.1 Características físicas da região

A planície do Campeche, de 55 km² de área e localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina, é de formação recente (holoceno, final do quaternário) e nela se distribui uma população de aproximadamente 23.000 habitantes (MPB SANEAMENTO, 1996) radicados nos bairros Campeche, Porto da Lagoa, Fazenda de Rio Tavares, Rio Tavares, Morro das Pedras, Alto Ribeirão, Carianos e Tapera. O solo é arenoso, inconsolidado (HERMANN *et al.*, 1987; SILVA *et al.*, 1998) e retentor da água das chuvas, o que permite a permanente recarga do manancial subterrâneo que aflora em vários pontos da superfície da planície, na forma de banhados, vededas, pântanos, lagoas, arroios e no manguezal do rio Tavares (BORGES, 1997). A região é rica em Mata Atlântica⁸ e contornada por 4 Unidades de Conservação (Parque das Dunas, Parque da Lagoa Pequena, Maciço da Costeira e Parque Municipal da Lagoa do Peri)⁹. As áreas alagáveis atuam como berçários e áreas de repouso de aves locais e migratórias. Um grande manancial subterrâneo explorado pela Companhia Catarinense de Águas do Abastecimento e Saneamento-CASAN, desde 1983, abastecia 42.000 habitantes através de seu sistema de captação de água¹⁰. O sistema foi desativado em outubro de 2000, em consequência da construção da Estação de Tratamento de Águas de Abastecimento-ETA situada na Lagoa do Peri¹¹ (CASAN, 2000). Esta obra de 11 milhões de dólares foi financiada pelo Banco Mundial sem estudo dos impactos ambientais e sem conhecimento das condições hidrobiológicas do corpo lacustre¹² e nem do potencial hí-

drico subterrâneo da planície (BARBOSA *et al.*, 1998; BARBOSA *et al.*, 2003).

2.2 Características históricas e culturais

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Santa Catarina – IPHAN – SC, existem na região vários vestígios pré-históricos (sítios arqueológicos, inscrições rupestres, sambaquis e oficinas líticas¹³), testemunhos de antigas civilizações indígenas que habitavam a região (BARBOSA *et al.*, 2003).

No século XVIII, a planície foi ocupada por imigrantes da Terceira Ilha dos Açores, que no processo de colonização desenvolveram diversas atividades de subsistência como pesca, agricultura da mandioca, do café, do milho, moínhos, criação de gado bovino e pequenos açougues. Dessas atividades, hoje apenas subsistem na região a pesca, a confecção de rendas e redes, pequenas plantações e pequenas criações de gado. Restam todavia alguns engenhos e trilhas de acesso ao mar.

Da história mais recente da planície, faz parte o piloto e escritor Antoine do Saint-Exupéry que, trabalhando para a companhia aeropostal no trecho Toulouse-Santiago do Chile, de tempos em tempos aterrissava no campo de aviação da *Société Latecoère*¹⁴, na região oriental da planície, estabelecendo com os habitantes nativos laços de amizade e intercâmbio cultural (INÁCIO, 2001). Esta área de 300 mil metros quadrados, além de ser uma mina para especulação imobiliária, é referência na história da aviação brasileira e, apesar de estar sob a responsabilidade da Base Aérea de Florianópolis, sofre freqüentes queimadas, devastações, saques de areia e até ameaças de venda para particulares.

O velho casarão construído na década de 1920, que abrigava os pilo-

tos e passageiros, apesar do valor histórico não está tombado. Apesar de estar sob os cuidados da Prefeitura Municipal, foi cedido para particulares que alteraram parte da sua estrutura. Abriga a Intendência Municipal que monopoliza o seu uso (IPUF Parecer n. 1480/02) e sua abertura para manifestações ou reuniões culturais e sociais comunitárias e os serviços que realiza são correntemente fonte de práticas clientelistas e problemáticas no bairro.

Da cultura açoriana recente persiste um bar (antigo rancho de pescadores) nas dunas – o Bar do Chico – , cujo acesso é feito por uma trilha conhecida como a Picada da Capela; nela existe uma pequena ponte de madeira – a Pinguela da Gracinda, sobre a Fonte da Mena e brejos locais. Esta trilha ou picada, que vai da Capela São Sebastião até as dunas, é usada para a procissão da paixão de Cristo e juntamente com o bar e a picada são referências culturais da região que revelam os costumes de seus antepassados¹⁵.

2.3 Espaços públicos e de lazer

Não existem na região praças ou áreas sociais para encontros, passeios, interação entre vizinhos, entretenimento ou prática de esportes. Os dois parques da região: Lagoa Pequena e Lagoa da Chica, tombados pelo Decreto Municipal 135/88, abandonados a sua própria sorte, têm suas margens ocupadas por residências (SOUSA; BARBOSA; SILVA, 2001).

A área pública do antigo campo de aviação da *Société Latecoère*, embora sem nenhum tipo de infra-estrutura, tem cinco campos de futebol e é espaço consagrado pela comunidade como área de lazer; serve para práticas de aeromodelismo, pandorgas, caminhadas e festas populares. A comunidade em sucessivas ocasiões solicitou o uso

público da área no cumprimento da sua função social como patrimônio histórico, cultural (Ata da audiência pública – Campo de Aviação, ofícios da AMOCAM e ISA Campeche, 2003; IPHAN, 2003) e de lazer.

Muitas feiras e festas populares são realizadas no adro da Capela São Sebastião, único lugar que oferece pequena estrutura de apoio aos eventos. São práticas habituais da população local, a pesca, a vida de praia, o *skate*, o futebol, o voleibol, as caminhadas, o ciclismo, a capoeira, o maracatu, a natação, a música, a dança, o surfe, as festas populares, as feiras de troca-troca, de arte e de antiguidades, etc. A falta de áreas de lazer e entretenimento leva meninos, jovens, adultos e idosos a praticarem esportes nas ruas (que tem sido causa de freqüentes casos de atropelamentos), na praia, em terrenos baldios ou ginásios particulares (moradores com mais recursos), bem como pode ser apontada como um dos indicadores sociais para o crescente uso de drogas na região.

Desde o início de 2003 a comunidade tem se mobilizado através do que foi denominada Comissão Comunitária de Segurança Cidadã, juntamente com os movimentos e associações comunitárias locais, com o objetivo de discutir soluções para a crescente onda de furtos, arrombamentos e assaltos que afetam a região nos últimos anos. A Comissão Comunitária de Segurança vem atuando dentro das diretrizes do Seminário Comunitário de 1997 com o objetivo de alertar as autoridades para a necessidade do desenvolvimento de atividades permanentes e eventos que envolvam escolas públicas e entidades, utilizando os espaços dos bairros: Armação, Morro das Pedras, Areias do Campeche, Campeche Central e Rio Tavares, e propondo projetos para minorar as relações que estão associadas aos indicadores dos delitos sociais mais

recorrentes. Atividades voltadas prioritariamente à população até 24 anos de idade, incluindo os jovens que estão fora do sistema escolar.

2.4 Recursos econômicos

A economia da região, principalmente informal, é heterogênea e dispersa. A população é minoritariamente composta por nativos do lugar e majoritariamente constituída por imigrantes de várias partes do Brasil. Assim, as atividades dos habitantes são também diversificadas: funcionários públicos, pescadores, trabalhadores autônomos de diversas áreas que produzem e/ou comercializam produtos artesanais, aposentados. Preponderam no comércio informal a produção de objetos de artes plásticas (pintura, escultura, cerâmica), artesanatos (rendas, redes de pesca, cerâmicas), artes e reciclagem de resíduos sólidos (diversos produtos de madeira, vidro, plástico e papel), hortaliças e plantas nativas ornamentais e de reflorestamento da mata atlântica (floriculturas, ONGs, microempresas, etc.).

Hotéis, pousadas e casas particulares oferecem alojamento para turistas no verão (dezembro a março) dando lugar a empregos de temporada e de pouca qualificação (empregadas domésticas, pedreiros, jardineiros, empregados de comércio, guias turísticos, garçons, vigias, etc). Não existe infra-estrutura comercial e de apoio ao turismo, como bancos, casas de câmbio, correio, hospital, corpo de bombeiros, centro médico. A falta de infra-estrutura turística e mão-de-obra qualificada para o turista, moradores e comércio regional é um problema geral nos balneários da cidade de Florianópolis (CECCA, 1996). Os serviços ligados economicamente ao turismo começaram a emergir, tomando impulso com o surgimento de academias, empresas promotoras de eventos e passeios turístico-ecológicos, entretenimento, informática e jogos eletrônicos. Comparado com o desenvolvimento turístico do norte da

Ilha, onde a elite econômico-política concentrou os investimentos em infraestrutura, – muitas vezes à revelia da legislação vigente – a região se caracteriza pela precariedade nesta área de serviços (BARRETTO; BURGOS; FRENKEL, 2003).

Dadas as características rurais da região e o costume generalizado do uso de cães para a segurança residencial – não existe vigilância policial na localidade – é comum a presença de comércios de venda de produtos para animais e de veterinárias e o paulatino aumento das empresas de serviços de segurança e de instalação de alarme residencial.

A maior empresa da região é uma companhia de extração de mineral (Pedrita S.A), proprietária de diversas áreas na planície, com atividades que incluem terraplenagem, parcelamento, loteamentos, venda de pedras, construção, pavimentação, entre outras atividades (LUIZ; SILVA, 1996). Também proliferam na região as agências imobiliárias que impulsionam a valorização especulativa do solo e a venda de materiais de construção que atendem uma demanda cada vez maior de ocupação do solo. Este crescimento está vinculado à ocupação desordenada do espaço e à especulação imobiliária.

2.5 Sistema viário e transporte público

A tradição açoriana presente na ocupação do solo da região com a construção de moradias próximas umas das outras e na abertura de ruas estreitas (3 a 4 metros de largura e muitas vezes sem saída), atualmente está transfigurada da sua característica histórica colonial para a da especulação imobiliária moderna, feita ao acaso e sem planejamento por loteadores e especuladores sem conhecimento técnico. Por outro lado, a aprovação pela Prefeitura Municipal de Florianópolis de condomínios “regulares” em áreas ilegais de importância e função ecoló-

gica, vem ocasionando sucessivos problemas de embargos aos construtores, como é o caso do loteamento Novo Campeche e da área de preservação permanente da Lagoa Pequena. A ausência de diretrizes e critérios legais por parte dos órgãos públicos do município sobre a ocupação do solo e a falta de fiscalização no cumprimento das leis vem ocasionando a destruição da Mata Atlântica e da fauna associada, além disto, à impermeabilização de áreas estopas como mangues, dunas, margem de rios, morros é problemática para absorção da água das chuvas. A grande maioria das ruas não têm calçadas ou ciclovias, gerando falta de segurança para pedestres e ciclistas com acidentes por atropelamentos.

O desmatamento e/ou aterros para a construção de condomínios, estradas ou ruas com rede pluvial deficiente atuam como verdadeiros diques, impedindo o escoamento natural das águas das chuvas intensas. Com isto, as águas carregam areia, barro e lama para pontos críticos da região e ficam empoados, causando transtornos aos transeuntes pedestres e ciclistas, além de danos ao sistema viário já deficitário.

Os veículos de transportes coletivos urbanos pertencem ao monopólio das empresas privadas da cidade. A região sul da ilha é monopólio da Empresa Ribeironense, uma das quatro empresas que formam o *lobby* do transporte público de Florianópolis, poderoso grupo econômico que fixa os preços, os trajetos e a duração dos contratos. Estes últimos são estabelecidos de maneira que uma companhia de transporte não se interponha com a outra. Em geral os ônibus são precários, escassos e realizam somente um circuito de ida e volta entre o bairro e o centro, sem comunicação entre bairros circunvizinhos. Isto provoca rotineiros engarrafamentos, matinal e vespertino, nos trajetos para as áreas concentradoras de instituições educacionais, de saúde e de emprego. Por outro lado, os usuários dos transportes coletivos são obrigados a pagar duas

passagens de alto custo para percorrer pequenas distâncias interbairros. Nos últimos tempos, um malfadado projeto de Sistema Integrado de Transporte, aprovado pelo executivo municipal, sem discussão nem com a sociedade nem com a Câmara de Vereadores, é fonte de reclamações dos usuários, fechamentos dos terminais pela população, abaixo assinado para a abertura de CPI, e, em geral, tem degradado ainda mais a qualidade do transporte público na cidade.

2.6 Sistema educacional

Não existem na região escolas secundárias ou de formação de mão-de-obra especializada. O custo do transporte público, as grandes distâncias e a falta de vigilância policial adequada impõem às crianças e aos adolescentes de baixa renda o abandono dos estudos ao finalizar a escola primária. A qualificação de mão-de-obra é ocasional com cursos oferecidos eventualmente por instituições dedicadas a esse fim.

2.7 Saúde e saneamento

Não existe rede de esgotos. As residências liberam suas águas servidas livremente em fossas negras sem qualquer atendimento às normas técnicas, adequações ao solo permeável e à altura do aquífero subterrâneo. É frequente o mau cheiro e o afloramento de fossas na superfície do solo. Relatos de moradores afirmam existirem fossas feitas com pneumáticos velhos superpostos. Também há relatos de uso de velhas ponteiros como fossas. Embora sem registros oficiais, são frequentes os relatos de casos de diarreia e hepatite viral relacionados ao consumo e uso de água de poços poluídos por fossas.

A coleta de resíduos sólidos que desde 1998 estava terceirizada com a CASVIG voltou a ser coletada pela Companhia de Melhoramentos da Capital – COMCAP (órgão mu-

nicipal de coleta de resíduos). Os resíduos coletados são transportados para um aterro sanitário no município vizinho, Biguaçu.

A separação e reciclagem de resíduos sólidos é iniciativa de ONGs e particulares (existem na região 3 microempresas coletoras de resíduos recicláveis) locais, que divulgam suas atividades e ações de educação ambiental por meio de feiras, exposições, folhetos educativos, ou do periódico comunitário *Fala Campeche*, grupo de discussão e sítio da Internet (www.campeche.org.br). Não existem na região hospital, centro de saúde ou dispensário de emergência 24 horas. Os dispensários que existem atendem em horários limitados e oferecem uma atenção precária e insuficiente.

2.8 Recursos naturais e culturais

A quantidade de água para abastecimento da região está limitada a uma população de 147.000 habitantes, segundo o órgão especializado, CASAN (1997, 2000 e 2001), incluindo o manancial subterrâneo e a ETA da Lagoa do Peri. Novos estudos da CASAN limitam o abastecimento em 239.000 habitantes utilizando o sistema ETA Lagoa do Peri e os poços artesanais da planície (CASAN, 2002). Os limites dos recursos hídricos alertaram os moradores organizados sobre a necessidade de planejar o uso do solo de maneira sustentável, limitando sua ocupação à capacidade de abastecimento de água, preservando ao mesmo tempo as áreas importantes para a recarga do manancial subterrâneo.

Em vista do solo arenoso, permeável e de fácil inundação e contaminação (BORGES, 1999; GUEDES JR., 2000) e do limite de abastecimento dos recursos hídricos já mencionados, o projeto comunitário considerou como áreas próprias para urbanização aquelas localizadas a mais de 5 m do nível do mar.¹⁶

As áreas costeiras, as dunas, as áreas de restinga, o mangue, os entornos de rios e lagoas e os morros a partir da declividade de 46,6% foram rigidamente considerados Áreas de Preservação Permanente (APP), de acordo com as leis ambientais.

A mata atlântica remanescente, as fronteiras entre as APP e os espaços que abrigam bens simbólicos da cultura local (trilhas, engenhos, elementos ligados à tradição da pesca artesanal, pontos de encontro e vizinhança, hábitos religiosos e festas populares, etc) foram considerados como Áreas de Preservação de Uso Limitado (APL) – neste caso somente 10% pode ser utilizado – e Áreas de Preservação Cultural (APC). Para as áreas consagradas ao lazer comunitário (Áreas Verdes do Lazer – AVL) foi projetada uma infra-estrutura moderada e eficiente de apoio ao turismo e ao bem-estar da comunidade.

Do ponto de vista do parcelamento do solo para a urbanização, evitou-se a fragmentação exagerada e a verticalização, controlando assim a densidade populacional e suas conhecidas conseqüências; evitou-se a destruição de vegetação remanescente (ao contrário do previsto pelo IPUF que propõe um Parque Tecnológico na área pantanosa que precede ao mangue na Fazenda do Rio Tavares e estrada sobre dunas), atendendo aos dispositivos legais; evitou-se criar

grandes vias asfálticas a fim de reduzir a impermeabilização do solo e o bloqueio do curso natural das águas.

O conhecimento da história permitiu projetar espaços de “memória viva” (museus, casas de cultura, Rua das Artes para a comercialização das obras artísticas, etc.) que possibilitassem a convivência da população com a vida e hábitos locais.

Para a infra-estrutura urbana priorizou-se atender as necessidades e carências locais (correios, bancos, caminhos de ciclistas, hospital, dispensários, corpo de bombeiros, etc.) e a formação de mão-de-obra especializada (escolas secundárias profissionalizantes) tendo como objetivo a produção de renda e de empregos permanentes que fomentem o turismo anual, atraindo empresários e investidores que atuem comprometidos com a sociedade e qualidade de vida local.

2.9 Propostas inovadoras

A proposta comunitária procurou construir um espaço de trabalho local articulado à perspectiva de qualificação de mão-de-obra e à oferta de serviços especializados. As potencialidades regionais (naturais, econômicas e de recursos humanos) e as necessidades sociais foram pensadas como geradoras de infra-estrutura, emprego e formação qualificada de jovens e adultos, adequando-os às demandas locais (ROCHA, 2001). A criação de uma infra-estrutura urbana com fins educativos, e a promoção do desenvolvimento individual, além de gerar empregos anuais - e não só de temporada como atualmente ocorre - desenvolveria o respeito ao patrimônio ambiental e à cultura local, estimulando a expansão da economia familiar e do mercado regional.

As potencialidades naturais¹⁷, culturais¹⁸, socioeconômicas¹⁹ e históricas²⁰ foram identificadas como promotoras do desenvolvimento da região. O debate sobre a dinâmica da

vida local que envolve as relações ambientais em sua compreensão mais ampla (CECCA/FNMA, 1996; TEIXEIRA E SILVA, 1999) e sustentável procurou, portanto, ressaltar estas potencialidades da região nas propostas abaixo discriminadas:

- **Instituto Oceanográfico e de Astronomia:** além de gerar empregos diretos para biólogos, oceanógrafos, astrônomos, sociólogos, educadores, técnicos em informática e empregos indiretos (jornalistas, pescadores, produtores de vídeo, etc.), proporcionaria à sociedade conhecimentos sobre a vida e a biodiversidade local e nacional.
- **Centro Cultural de Lazer e Entretenimento Saint-Exupéry:** no campo de aviação de valor histórico, cultural e de lazer que, junto com os benefícios de sua função específica, geraria empregos diretos e indiretos em suas diversas áreas: museu, biblioteca, videoteca, cinema, prestação de serviços de informática, guia turístico, bancário, rua das artes para comercialização de produtos locais, etc. Também há espaço previsto para um posto do corpo de bombeiros e um posto policial.
- **Parque Tecnológico de Alto Ribeirão:** centro de biotecnologia, produção vegetal e *software*. Apesar de que já existem dois parques tecnológicos deste tipo na cidade que nunca conseguiram desenvolver seu potencial, considerouse importante para o bairro insistir nesta possibilidade de desenvolvimento, como tentativa de abrir espaço à formação técnica de profissionais locais especializados.
- **Escola Técnica Profissionalizante:** formação de mão-de-obra especializada nas áreas de jardinagem, saneamento,

turismo, informática, primeiros auxílios, urbanização etc. Com esta orientação é possível fomentar a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, valorizando as vocações da região. A Escola é de interesse de toda a sociedade (governo, empresa e sociedade civil) pois formaria mão-de-obra qualificada para atuar em todos os setores envolvidos.

• **Jardim Botânico:** contaria com lagos de espécies vegetais nativas brasileiras e exóticas, centro cultural com parque de exposições de flores e plantas, cine, teatro, escola de artes e escola de pesca e navegação. Nesta última, pretende-se fundir cultura e natureza na formação das novas gerações que poderão continuar com a tradição da pesca e economia artesanal com base no conhecimento tecnológico de ponta.

• **Parque Orla do Campeche:** engloba as áreas de preservação permanente da orla marinha, incluindo dunas, restingas, lagoas, trilhas de acesso ao mar, os dois parques municipais Lagoa Pequena, e Lagoa da Chica (Dec. Mun. 135/88), a Picada da Capela, o Bar do Chico, a Pinguela da Gracinda e as várias fontes e riachos locais. Com infra-estrutura turística adequada (banhos e duchas públicas, estacionamentos naturais, atalhos e passarelas) também para deficientes motivaria e incentivaria o turismo inteligente com base no respeito à vida e à biodiversidade.

3 Considerações finais

A participação comunitária, o conhecimento minucioso do espaço local, o atendimento às leis e o respeito às condições socioculturais da região

foram elementos decisivos na proposta com vistas à gestão sustentável do espaço urbano, preservação dos recursos hídricos, geração de empregos e qualificação de mão-de-obra. As deficiências e carencias locais de infra-estrutura deram suporte para estimular às vocações locais como trunfo. O Plano Diretor Comunitário prevê uma infra-estrutura urbana viável a curto e médio prazo que potencializa as vocações da região basicamente centrando a atenção nos recursos naturais disponíveis como o mar e a Mata Atlântica. A pesca, o ecoturismo, a jardinagem, a história, a cultura e as atividades voltadas à preservação do meio ambiente, incluindo ao mesmo tempo os projetos de tecnologia avançada, de informática, de reciclagem de resíduos sólidos e educação, são os propulsores do desenvolvimento da região segundo o plano comunitário.

As fragilidades ambientais e os bens simbólicos acumulados na planície desde a pré-história foram tratados de maneira que não fossem comprometidos por uma economia exógena, artificialmente induzida por interesses privados e descontextualizados da realidade sócio-cultural local.

Através das informações acumuladas e as discussões comunitárias,

ficou claro que a geração de empregos seria uma consequência da concepção de planejamento urbano com vistas ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida de uma população limitada pela disponibilidade dos recursos hídricos.

A proposta comunitária certamente ativaria a economia local: além de suprir as demandas de qualidade de mão-de-obra, aumentaria o período de oferta turística e preservaria o solo e os recursos hídricos, mantendo a qualidade de vida atual e futura.

Apesar de que, até o momento, a falta de vontade política e o compromisso com os setores econômicos dominantes de parte do poder público e a debilidade organizativa da sociedade civil impediram a concretização deste projeto comunitário, a própria experiência modificou o modo tradicional de projetar o uso dos espaços públicos. O futuro dependerá da capacidade da sociedade civil para desenvolver os mecanismos participativos de decisão.

Recebido em 24.09.03. Aprovado em 11.12.03.

Referências

- AMORA, A. A. *O Lugar do Público no Campeche*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, GEO-UFSC, 1996.
- BARBOSA, T. C. P. *Parecer Técnico sobre a Exploração das águas da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri* (Ilha de Santa Catarina) e o Sistema de Abastecimento Costa Leste/Sul da CASAN. Florianópolis. 1997. 23p.
- BARBOSA, T.C.P.; SOUSA, J.T.P. Planificación urbana, generación de empleo y sustentabilidad: estudio de caso del plan comunitario para la planicie de Campeche producido por el Movimiento Campeche Calidad de Vida. In: *Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em*

- Zonas Costeiras, UNESCO, 2003, p.385-302.
- BARBOSA, T.P.B.; JOSÉ A C.; TORRES, J.R.M. 2003 – *ECOLOGIA-GOA*. Um Breve Documento Sobre a Ecologia da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição. MMA.UFSC. – Graf. Agnus, ago. 2003.
- BARRETO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas: Papirus, 2003.
- BORGES, S. F. *Características Hidroquímicas do Aquífero Freático do Balneário Campeche*, Ilha de Santa Catarina – SC. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1996, inédito.
- _____. Tese previne abalo no bem-estar. *Informativo CREA – SC*. Ano 3, n. 15, abr. e maio, 1999.
- CASAN – COMPANHIA CATARIENSE DE ÁGUAS DO ABASTECIMENTO E SANEAMENTO. (Ofícios, Depoimentos e Documentos) sobre o lençol freático, abastecimento e saneamento da região da planície do Campeche. 1997-2001, Florianópolis.
- _____. *Gerência de Recursos Hídricos – estudos do manancial subterrâneo da Costa Leste Campeche*. Florianópolis – Santa Catarina, abr., 2002.
- CECCA/FNMA. *Uma cidade numa ilha*. Relatório sobre os problemas sócioambientais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, 1996.
- FLORIANÓPOLIS. OFDD nº 6370, de 16 de agosto de 1999. Ofício da Prefeita Angela Amin ao Fórum da Agenda 21 negando às comunidades a retirada dos Projetos de Leis dos planos diretores do IPUF (Campeche, Santinho e Ingleses) da Câmara de Vereadores.
- GUEDES JR. *Mapeamento hidrogeológico da Ilha de Santa Catarina utilizando geoprocessamento*. 2000. Dissertação de Mestrado (em Engenharia da Produção Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.
- HERRMANN, M. L. *et al.* Aspectos ambientais dos entornos da porção sul da Lagoa da Conceição. *Revista Geosul*, n. 4. 1987.
- INACIO, G. M. *Deca e o Zé Perry*. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional. 2001. 83p.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF. *Diagnóstico do plano de desenvolvimento da planície Entremares*. Florianópolis, Mimeografado, 1996.
- _____. Parecer Técnico 214/98. Sobre o relatório do Seminário da “AMOCAM” Proc. 177/97-1. Florianópolis, 19 fev. 1998.
- _____. Movimento Campeche Qualidade de Vida. *Atas do diálogo realizado entre julho e setembro de 1999*. Florianópolis.
- _____. Parecer Técnico 877/2002. Trata do pedido de tombamento da Picada da Capela e do Bar do Chico. 2002.
- LUIZ, E. L.; SILVA, J. M. Apropriação de áreas de preservação permanente pelo Capital imobiliário: o caso da Lagoinha Pequena. Florianópolis – SC. *Revista Geosul*, v.11, n. 21-22, p.114-126. 1996.
- MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. *Dossiê Campeche: diretrizes do 1º seminário de planejamento do Campeche*. Florianópolis, 1997. 205p.
- _____. *Diagnóstico do plano comunitário da planície do Campeche*. Proposta para um Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis, 2000. Mimeografado. Disponível em <www.campeche.org.br>.
- MPB SANEAMENTO LTDA. Estudo de impacto Ambiental (EIA), *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da rodovia SC 406 – Via Parque – trecho Lagoa da Conceição – Morro das Pedras*. Florianópolis, dez., 1995.
- PEREZ, B. L. F. *et al.* Oficinas de Planejamento Urbano em Florianópolis. A Universidade e a Cidade na Construção do Espaço Urbano. *Revista Participação*. Universidade de Brasília. Brasília, DF, ano 4, n. 8, p. 55-58, dez., 2000.
- QUEIROZ BEZERRA, É. *O plano de desenvolvimento do Campeche: aspectos jurídico-populares*. 1999. Monografia (Bacharelado em Direito) – Departamento de Direito Público – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.
- RIZZO, P. M. B.; SOUSA, J. T. P.; BARBOSA, T. C. P. *O Planejamento Urbano Comunitário e o Movimento Campeche Qualidade de Vida*. 3º Colóquio Internacional sobre Transformações Territoriais. Integração Econômica e Impactos Sócio-territoriais. Universidade Federal de Santa Catarina. 2000.
- ROCHA, L. S. *Florianópolis: turismo e produção do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia – Dept. Geociências – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 221 p., abr., 2001.
- SERAGELDIN, I. *Indicadores da sustentabilidade para o desenvolvimento urbano*. Banco Mundial. Urban 21 – Berlim – jul., 2000.
- SILVA, O.; BARBOSA, T. C. P.; SOUSA, J. T. *et al.* *Relatório preliminar da vegetação, do solo e da ocupação da região da Lagoa Pequena – “Projeto Adote a Lagoinha Pequena”*. Florianópolis: SRH/MMA/UFSC. Ago., 1998.
- SOUSA, J. T. P.; BARBOSA, T. C. P.; SILVA, O. 2001 – Projeto Adote a Lagoinha – Relatório Final. MMA. UFSC.
- SOUZA, A. P. *et al.* *Turismo de massa e meio ambiente em Florianópolis – SC*. Aspectos negativos. Monografia de final de curso. Academia de Comércio de Santa Catarina. Escola Técnica de Comércio de Santa Catarina. 1999.

TEIXEIRA, J. P.; SILVA, J. E. *O futuro da Cidade*. A discussão Pública do Plano Diretor. Florianópolis: CECCA/Instituto Cidade Futura, 1999.

VIEIRA, S. *A indústria de alta tecnologia em Florianópolis*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

Notas

- 1 Esta previsão foi reduzida posteriormente por pressão da comunidade para 390.000 habitantes (2002).
- 2 A rejeição das propostas comunitárias ficou expressa no Parecer Técnico do IPUF de 1998 – resposta do IPUF ao Dossiê Campeche – e nas atas das reuniões da comissão de negociação entre o IPUF e o MCQV, realizadas em setembro de 1999.
- 3 A exemplo da planície do Campeche, outras comunidades se mobilizaram para a elaboração de seus próprios planos diretores, como as comunidades dos bairros Ingleses e Santinho, que entregaram em 2001 o projeto local na Câmara de Vereadores, e a comunidade de Santo Antônio de Lisboa, que vem mobilizando-se com o mesmo fim.
- 4 Associação dos Moradores do Campeche (AMOCAM); Associação dos Moradores das Areias (AMOREIAS); Associação dos Moradores da Lagoa (AMOLA); Movimento Campeche a Limpo (CAL); Movimento Nosso Bairro; Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares; Associação dos Amigos da Lagoa Pequena, ONGs como Pau Campeche, Klimata e Condomínio Rio Tavares.
- 5 O periódico *Fala Campeche*, surgido em julho de 1997, é editado por voluntários moradores da região e se encontra em seu número 17.
- 6 As 1º, 2º 3º e 4º Festa da Cultura e da Arte e também o Festival Zé Perry em comemoração ao centenário do aviador e escritor Antoine do Saint Exupéry.
- 7 O material técnico foi trabalhoso levantado pelos moradores uma vez que o IPUF sempre negou acesso às informações (mapas, dados, arquivos digitais) sob a alegação de um possível “uso indevido”, apesar da mediação das duas gestões da Câmara de Vereadores de Florianópolis entre os anos 1997 e 2001.
- 8 Mata Atlântica: inclui restingas, floresta chuvosa densa, brejos, veredas, manguezais. Abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, além de reserva hídrica é considerada reserva da biosfera. Desta mata restam somente 7,3% ao longo do litoral brasileiro.
- 9 Terreno costeiro arenoso, salino, e recoberto de plantas e matas típicas desses lugares que recebe o nome genérico de “vegetação de restinga”. A restinga é definida e protegida em todos seus componentes (solo e vegetação) pela Resolução 261/99 do Conselho Nacional do Meio ambiente – CONAMA.
- 10 Sistema Integrado de 11 poços artesianos distribuídos na planície. O sistema utiliza só 35% da água de recarga do manancial subterrâneo e abastece 14.363 residências distribuídas entre a costa leste e sul da ilha (desde a Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Carianos, Tapera e Ribeirão da Ilha). Segundo a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas / Santa Catarina (set/2000) a vazão deste manancial é de 12 milhões e 960 mil litros/dia, com volume de água total estimada em 105 milhões de litros diários.
- 11 Lagoa do Peri: corpo lacustre formado a partir do avanço dos cordões arenosos marinhos que culminaram no represamento de águas doces. Sua bacia hidrográfica tem uma área total de 20,3 km², com 5.2 km² de espelho d’água.
- 12 A construção da ETA feita sem EIA/RIMA foi questionada por entidades ambientalistas (BARBOSA *et al.*, 1998). A qualidade da água fornecida hoje está sendo questionada pelos moradores em consequência do forte cheiro de cloro, morte de peixes e girinos em lagos artificiais e branqueamento de mangueiras de jardim.
- 13 Sambaqui: denominação dada a depósitos de conchas, situados na costa, lagos ou rios do litoral, deixados por tribos selvagens que habitaram o litoral em época pré-histórica; Oficina Lítica: lugares de produção de artefatos de pedra para usos diversos (pontas de flecha, tochas, etc) utilizados por aquelas antigas civilizações.
- 14 Área da União com 300 mil metros quadrados sob responsabilidade da Base Aérea de Florianópolis (BASF). Nesta área o Executivo prevê parte do sistema viário, um centro de convenções, um centro administrativo, um terminal de ônibus urbanos e uma praça.
- 15 O conjunto formado pela picada até o Bar do Chico, referência local do bairro, teve solicitado por 1441 cidadãos e 8 entidades comunitárias o pedido de Tombamento pelo SEPHAN – IPUF em 2001. A demanda foi negada pelo IPUF (Parecer 0877/02) argumentando que o bar localiza-se em APP e que a área da picada, apesar do valor histórico, tem assegurado seu parcelamento e construção da via CI –51 e previsão da Via PI-108 em projeto de lei na Câmara de Vereadores.
- 16 Obtidos a partir do mapa das curvas de nível de solo da planície; mapa disponível no sítio www.campeche.org.br.
- 17 Clima, manancial subterrâneo de abastecimento, dunas, restingas,

mata atlântica e fauna associada, mangue do rio Tavares, beleza cênica, praias, oceano.

- 18 Cultura popular, pesca artesanal, artes plásticas, artesanatos (rendas, bordados, etc.), inscrições rupestres.
- 19 Artes plásticas (escultura, pinturas, cerâmicas, reciclagem de vidro, papéis, madeira, plásticos, etc.), produção de plantas nativas (bromélias, orquídeas...).
- 20 Campo de aviação – vinculado à vida de Saint-Exupéry; Morro do Lampião, Capela São Sebastião, Ilha do Campeche, velhos atalhos e caminhos, etc.

Janice Tirelli Ponte de Sousa

janice@cfh.ufsc.br

Depto. de Sociologia e Ciência Política – CFH/UFSC

Campus Universitário Trindade

Florianópolis – SC

CEP.: 88010-970

Tereza Cristina Pereira Barbosa

pinguim13@yahoo.com.br

Depto. de Ecologia e Zoologia – CCB – UFSC

Raúl Burgos

raul@cse.ufsc.br

Depto. de Serviço Social – CSE – UFSC